

PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Geovane dos Santos da Rocha ¹

RESUMO

A Educação, materializada nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições escolares, tem como objetivo facilitar o processo de aprendizagem e de desenvolvimento humano. Contudo, diversos entraves podem ocorrer e prejudicar o ato educacional, sejam eles ligados à falta de condições materiais, ao sofrimento psíquico ou ainda às dificuldades de ensino a crianças com problemas de aprendizagem. Em situações como essa última, não é raro que o psicólogo escolar seja chamado a atuar. Em relação a isso, o objetivo deste estudo é o de apresentar um relato de experiência sobre o trabalho realizado em Psicologia Escolar na Secretaria de Educação do município de Realeza, estado do Paraná, entre os anos de 2018 e 2023. Trata-se de um ensaio teórico e de relato de experiência. Os pressupostos teóricos que embasaram a atuação no município foram os da Psicologia Histórico-Cultural. Através disso, pôde-se desenvolver no município práticas que facilitaram e/ou possibilitaram ações pedagógicas orientadas à compensação das dificuldades de aprendizagem. Dentre elas, cita-se: implementação de planos educacionais individualizados a todos os alunos com laudos diagnósticos, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental; desenvolvimento de formações contínuas e específicas com professores do ensino comum e da Educação Especial e Inclusiva; fomento à contratação de professores de apoio de forma efetiva; fortalecimento das Salas de Recursos Multifuncionais; e execução de reuniões constantes com as equipes pedagógicas das escolas, a fim de debater casos específicos e elaborar possíveis intervenções. Conclui-se, com isso, a importância de a Psicologia Escolar e Educacional orientar-se pela melhoria do sistema educacional, em especial de aspectos ligados à Educação Especial e Inclusiva. Crê-se que isso ocorre à medida em que os conhecimentos da Psicologia são utilizados para a superação dos obstáculos que se evidenciam no âmbito da Educação.

Palavras-chave: Psicologia Histórico-Cultural, Psicologia Educacional, Dificuldades de Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A educação, por meio das práticas pedagógicas realizadas nas instituições escolares, busca facilitar o processo de aprendizagem e promover o desenvolvimento dos seres humanos. Nessa relação, as características que são próprias da espécie humana – tal como raciocínio, memória, atenção e consciência –, são fruto das inter-relações que os indivíduos mantêm em seu meio sociocultural. Nesse contexto, a escola desponta como o principal local em que ocorrem processos de ensino intencionalmente direcionados ao desenvolvimento de tais funções psicológicas, denominadas como superiores (FPS).

¹ Doutorando em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, geovanesarocha@outlook.com

Contudo, são diversos os fenômenos que materializam-se nas instituições escolares e que podem prejudicar o ato educacional, sejam eles ligados à falta de condições materiais para a execução das práticas pedagógicas, ao sofrimento psíquico evidenciado por meio de situações de bullying, por exemplo, ou ainda às dificuldades de ensino a crianças com problemas de aprendizagem. Em situações como essa, o potencial de eficácia do processo de ensino e aprendizagem, com consequente influência sobre o desenvolvimento das FPS, fica comprometido e, em muitas ocasiões, impossibilitado.

Não é raro que o psicólogo escolar seja chamado a atuar em situações como essa. Sendo um dos principais profissionais inseridos no campo da Educação que se dedicam à efetivação das práticas pedagógicas, o psicólogo escolar vê-se cotidianamente diante de demandas de trabalho das mais diversas complexidades e naturezas. Entretanto, conforme apontado por estudos como o de Meira (2000), o desenvolvimento de práticas efetivas à resolução das problemáticas e que, ao mesmo tempo, atuem de forma crítica e contextualizada, são pouco frequentes ou, ao menos, um desafio ao campo.

Em vistas disso, o presente estudo apresenta um relato de experiência sobre o trabalho realizado em Psicologia Escolar na Secretaria de Educação do município de Realeza, estado do Paraná, entre os anos de 2018 e 2023, focando as ações desenvolvidas no campo da Educação Especial e Inclusiva. Este estudo combina um ensaio teórico com um relato de experiência prática. A atuação no município foi desenvolvida pelo psicólogo que redige este artigo, fundamentado nos pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski.

Opto por essa teoria por considerá-la o referencial que melhor possibilita o entendimento dos fenômenos psicológicos, ao relacioná-los com os aspectos históricos, sociais e culturais do ser humano. Vigotski desenvolveu uma concepção de mundo e de sujeito que se diferenciava da antiga Psicologia, a qual baseia suas análises em fatores individuais e idealistas, desconsiderando o sujeito em sua totalidade e complexidade. Pelo contrário, a Psicologia Histórico-Cultural oferece uma abordagem para a compreensão do desenvolvimento humano ao vinculá-lo estreitamente ao contexto sociocultural e as possibilidades de aprendizagem que são ofertadas aos indivíduos.

DISCUSSÃO

O município de Realeza, Estado do Paraná, possuía 17 mil habitantes entre os anos de 2018-2023. Em razão disso, caracterizava-se como uma localidade de pequeno porte,

que, no departamento de Educação, contava com somente um psicólogo para atuar com as demandas educacionais. No início do ano de 2018, ao ingressar nesta ocupação, percebi-me sozinho diante de uma Psicologia Escolar historicamente conservadora, com grande enfoque na psicopatologização de alunos e em encaminhamentos massivos à Classe Especial – sala isolada a alunos com deficiência intelectual.

Até então, a presença de psicólogos nas escolas era raro – os profissionais permaneciam em uma sala em prédio separado, com pouco contato com as instituições – motivo pelo qual uma porcentagem quase total dos professores do município desconheciam quem era o psicólogo(a) que trabalhava com os alunos por eles encaminhados. Ao mesmo tempo, toda a responsabilidade pela dificuldade em aprendizagem era, de forma intencional ou não, repassada ao aluno, em sentido de responsabilizá-lo pelo insucesso escolar. “Ele deve ter algum problema”, “a mãe era igual, também estudou em classe especial” e “ele não aprende porque não se esforça, é muito desinteressado” são algumas das falas que ouvi no começo de minha atuação, sendo proferidas pelos mais diversos indivíduos.

Sem a intenção de julgar a atuação dos psicólogos anteriores à minha posição, percebi em pouco tempo que, no município de Realeza/PR, a Psicologia atuou em aspecto contrário às recomendações das disciplinas críticas de conhecimento. Mas mais importante do que essa constatação, era a questão que se evidenciava: como introduzir e desenvolver práticas críticas em Psicologia Escolar? Práticas que pudessem reposicionar as compreensões sobre o fracasso escolar, apostando na potência do ato educacional, independentemente das dificuldades apresentadas pelos alunos?

Na Psicologia Histórico-Cultural, o processo de ensino e aprendizagem é considerado de extrema relevância, pois por meio dele se efetua a transmissão e assimilação da cultura. Isso, por sua vez, permite à humanidade adquirir as qualidades, capacidades e características próprias do ser humano. Dessa maneira, as atividades realizadas na escola possibilitam a apropriação das experiências geradas e acumuladas ao longo da história social da espécie humana, viabilizando, conseqüentemente, a contínua criação de novas aptidões no indivíduo (Meira, 2000).

Tendo tal conhecimento teórico, considerei que minhas atuações, enquanto psicólogo escolar, deveriam resgatar e auxiliar os profissionais da educação – professores e coordenadores – a maximizar a intencionalidade e a qualidade das práticas pedagógicas com os alunos com dificuldades de aprendizagem. Desde o início, considerei que as mudanças ocorreriam em processo e em parceria com as escolas e CMEIS. De tal

maneira, todas as ações seriam realizadas *com* as instituições escolares, e não somente *nelas*. Ao longo de cinco anos, estabelecemos:

- a) A execução de reuniões constantes com as equipes pedagógicas das escolas, a fim de debater casos específicos e elaborar possíveis intervenções;
- b) O fortalecimento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM);
- c) A implementação de planos educacionais individualizados (PEIs) a todos os alunos com laudos diagnósticos, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental;
- d) O desenvolvimento de formações contínuas e específicas com professores do ensino comum e da Educação Especial e Inclusiva; e
- e) O fomento à contratação de professores de apoio de forma efetiva.

A realização de reuniões e discussões frequentes com professores e coordenadores sempre foi um aspecto que considerei essencial em minhas práticas no campo da Educação. Como destacado por Coll et al. (2004), a Psicologia não deve adentrar a área da Educação sem levar em conta suas especificidades. A Psicologia Escolar e Educacional se entrelaça com a Pedagogia – e outras possíveis áreas do saber –, promovendo um diálogo interdisciplinar entre os saberes. Assim, todas as questões que me eram apresentadas foram discutidas de maneira coletiva e colaborativa.

Por meio desse processo, foi possível, de diferentes maneiras, construir novas possibilidades para compreender e intervir nas dificuldades observadas nas escolas. Esses caminhos não se limitavam apenas às dificuldades, mas buscavam aproveitar as potencialidades geradas por elas mesmas para promover compensações. Um aspecto essencial nesses momentos era a supercompensação, conceito destacado por Vigotski (2021a), que se refere à tendência do ser humano de superar uma deficiência ou dificuldade utilizando as forças que emergem simultaneamente ao problema.

O sentimento ou a consciência da insuficiência, que surge no indivíduo em decorrência do defeito, é a avaliação de sua posição social e se transforma na força motriz principal do desenvolvimento psíquico [...]. O caminho para o aperfeiçoamento está na superação dos obstáculos; a dificuldade da função é o que a estimula (Vigotski, 2021a, p. 56).

Nesse campo, juntamente com a detecção das dificuldades dos alunos, discutimos quais caminhos eles encontravam para superar tais dificuldades – buscando nos valer desses caminhos. Conjuntamente, debatíamos quais estratégias de aprendizagem poderiam ser empregadas de forma a obter-se maior intencionalidade pedagógica. Em

outras formas, discutimos quais estratégias poderiam atingir melhores resultados de acordo com os objetivos de ensino estabelecidos. Tais reuniões, inicialmente de caráter estranho aos professores, passaram a ser consideradas um movimento essencial.

Para os alunos com laudos diagnósticos, busquei o fortalecimento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) – em parceria com os pedagogos e equipe técnica da Secretaria de Educação. Ao final do período estabelecido neste estudo (2018-2023), todas as escolas do município constavam com este dispositivo. Além da implementação, um trabalho intenso e próximo com as professoras das SRM foi efetivado, uma vez que sua intenção é/era a de fornecer ambientes e metodologias específicas/individuais para a apropriação dos conhecimentos científicos.

No início de minha atuação no município, uma parcela significativa dos alunos com dificuldades era encaminhada à Classe Especial. Com o tempo, alunos que anteriormente deixavam o ensino regular para serem atendidos nesta modalidade passaram a ser atendidos, com eficácia, nas SRM. Aspecto que julgo ter atingido sucesso por ter ocorrido o fechamento de Classes Especiais no município de Realeza/PR em um prazo de dois anos. Assim, os alunos com laudos diagnósticos puderam ser efetivamente incluídos no ensino regular municipal.

Outro aspecto importante foi o da implementação de planos educacionais individualizados (PEIs) a todos os alunos com laudos diagnósticos do município, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental. Com tal documento, os professores do ensino regular – não somente o professor regente, mas também os das disciplinas diversificadas – passaram a formalmente descrever as adaptações curriculares e avaliativas aos alunos. Os PEIs foram construídos com os seguintes itens: perfil do aluno, objetivos educacionais, recursos pedagógicos diferenciados, aspectos avaliativos, e profissionais e responsabilidades (em que constava a atribuição de cada profissional em relação ao desenvolvimento do aluno).

A implementação dos PEIs iniciou no ano de 2022 com a elaboração de 1 (um) PEI por professor do município. O intuito inicial era o de que os professores familiarizassem-se com as especificidades do documento, bem como entendessem seu fluxo de construção. A partir do ano de 2023, tornou-se obrigatório que todos os alunos com laudos diagnósticos concluídos possuíssem tal documento, o qual nortearia as práticas pedagógicas. Devo destacar, neste ponto, certa resistência dos docentes em elaborar tal documento. Contudo, uma parcela significativa dos profissionais compreendeu, em curto e médio prazo, a importância de tal marco.

Muito disso se deveu à execução de formações contínuas e específicas com professores do ensino comum e da Educação Especial e Inclusiva. Em parceria com os pedagogos, psicopedagogos e fonoaudiólogos do município, foram realizadas diversas formações abrangendo temas variados. A título de exemplificação, no ano de 2022, ao longo do processo de implementação dos PEIs, foi realizada uma formação específica sobre “adaptação curricular” com os professores regentes de cada ano escolar do Ensino Fundamental e Educação Infantil. Outro exemplo foram as formações de estudo de caso desenvolvidas com os professores de SRM, com destaque à zona de desenvolvimento iminente dos alunos, a qual poderia/deveria estar no centro do ato educativo.

Conforme o pensamento vigotskiano,

[...] a tarefa da investigação pedológica não seria apenas definir o que deu frutos no dia de hoje, mas também o que foi semeado, o que ainda está brotando e somente amanhã trará alguns frutos, ou seja, deve-se abordar a questão da determinação do nível do desenvolvimento de forma dinâmica (Vigotski, 2021b, p. 149).

O fomento à contratação de professores de apoio de forma efetiva ocorreu principalmente através da criação de uma comissão de avaliação das necessidades educacionais especializadas de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Composta por mim, enquanto psicólogo, mas também por pedagogos e outros profissionais diversos (psicopedagogo, fonoaudiólogo, nutricionista etc.), começou-se a efetivamente avaliar as necessidades dos alunos com TEA, garantindo a contratação de professores de apoio de acordo com as reais demandas do alunado. Nesse sentido, pôde-se aproveitar os recursos do município – escassos para a contratação de profissionais –, direcionando-os aos locais de necessidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo, a partir das informações destacadas neste artigo, a importância de a Psicologia Escolar e Educacional orientar-se pela melhoria do sistema educacional, em especial de aspectos ligados à Educação Especial e Inclusiva em uma perspectiva crítica. Creio que isso ocorre à medida em que os conhecimentos da Psicologia são utilizados para a superação dos obstáculos que se evidenciam no âmbito da Educação, algo que se estabelece em parceria com os demais profissionais presentes nas instituições escolares. Embora esse seja um processo longo e árduo, que dificilmente alcança a perfeição, ele se

desenvolve de forma contínua. Cabe ressaltar, por fim, que há ainda diversas outras questões a serem abordadas no contexto municipal estudado – tanto no que diz respeito à melhoria da Educação Especial quanto ao atendimento de outras demandas –, o que torna o trabalho em Psicologia Escolar e Educacional um esforço constante.

REFERÊNCIAS

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MEIRA, M. E. M. **Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

VIGOTSKI, L. S. **Problemas da defectologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2021a.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia, educação e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2021b.